



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Em resposta às perguntas dos deputados no debate das LAG do ano passado, a Polícia de Segurança Pública (PSP) revelou que, entre Janeiro e Outubro de 2015, tinham sido efectuadas, em conjunto com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, 700 operações de fiscalização que resultaram na identificação de 505 trabalhadores ilegais, o que representa um aumento de 29% em comparação com o período homólogo do ano anterior. O problema dos trabalhadores clandestinos afecta o mercado laboral local, portanto, a garantia dos direitos e interesses dos trabalhadores locais transformou-se em tema quente de debate na sociedade. Apesar de as autoridades terem efectuado várias acções de combate ao trabalho ilegal, os resultados ainda não atingem as expectativas da sociedade. Actualmente, desconhece-se qual é o número real de trabalhadores clandestinos em Macau, mas segundo um inquérito levado a cabo<sup>1</sup>, os trabalhadores clandestinos continuam a ser um grande problema que prejudica gravemente as oportunidades de emprego dos trabalhadores locais, e considera-se que o combate aos trabalhadores ilegais por parte do Governo não é suficiente.

Segundo as autoridades, já foram efectuados alguns ajustamentos às medidas de combate ao trabalho ilegal, por exemplo, o Departamento de Informações, o Departamento Policial de Macau, o Departamento Policial das Ilhas e a Unidade Táctica de Intervenção da Polícia do CPSP vão levar a cabo

---

<sup>1</sup> “Inquérito sobre o grau de satisfação da população de Macau em relação à execução das políticas laborais”



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

operações conjuntas de combate ao trabalho ilegal, vão proceder a operações-surpresa esporádicas em diversos estaleiro, vão entrar nesses estaleiros e controlar as diversas entradas, para conseguirem deter os trabalhadores clandestinos. E quando forem detectadas situações de contratação de trabalhadores ilegais, as autoridades vão proceder a uma investigação mais aprofundada da empresa contratadora.<sup>2</sup> No entanto, mesmo que as operações de combate sejam muitas, o problema mantém-se. E se não se legislar de raiz para combater os trabalhadores ilegais, o problema só vai agravar-se. O aumento assustador do número de trabalhadores clandestinos deve-se à falta de mão-de-obra nos diversos sectores e aos baixos salários que se pagam aos trabalhadores ilegais, especialmente na construção civil. Mais, os defeitos da lei actual, as dificuldades em apresentar provas, as sanções leves e as lacunas do regime de subempreitada na construção civil permitem que os empregadores fujam facilmente às suas responsabilidades, portanto, a lei não produz os devidos efeitos dissuasores.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A legislação vigente, como a Lei das Relações de Trabalho e a Lei da contratação de trabalhadores não residentes, não consegue resolver o problema dos trabalhadores clandestinos, portanto, é necessário legislar de raiz para o efeito. As autoridades vão elaborar uma lei específica para combate aos trabalhadores ilegais?
2. Nos termos do artigo 16.º da Lei n.º 6/2004, quem contratar trabalhadores

---

<sup>2</sup> Jornal do Cidadão, de 1 de Dezembro de 2015.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

ilegais é punido com pena de prisão até 2 anos e, em caso de reincidência, com pena de prisão de 2 a 8 anos. E ao abrigo da Lei n.º 17/2004, a entidade que empregar trabalhadores clandestinos é punida com multa de 20 mil a 50 mil patacas por trabalhador. Mas mesmo assim, as dificuldades em apresentar provas e as lacunas do regime de subempregada na construção civil permitem que os empregadores que contratam trabalhadores ilegais fujam, facilmente, às suas responsabilidades. Na prática, no julgamento dos casos de contratação de trabalhadores ilegais, os órgãos judiciais recorrem, frequentemente, à substituição da pena de prisão por pena de multa, portanto, é muito difícil fazer produzir os efeitos dissuasores. Que novas medidas é que as autoridades vão adoptar para resolver a dificuldade em apresentar provas, as sanções leves e as lacunas do regime de subempregada na construção civil?

3. O que é que as autoridades vão fazer para aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização dos trabalhadores ilegais? Como é que vão reforçar a divulgação e educação para o cumprimento das leis junto dos empregadores?

26 de Fevereiro de 2016

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Chan Hong**